

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE SUJEITOS PARA O MERCADO DE TRABALHO: AS REFORMAS EDUCACIONAIS PÓS GOLPE DE 2016.¹

PASSOS, Bruna da Silva²

GOMES, Marco Antônio de Oliveira³

RESUMO

Este artigo foi realizado por meio de estudos na área de História da Educação, sendo resultado de uma pesquisa bibliográfica. Como referencial teórico o Materialismo Histórico-Dialético para compreensão da história da educação como expressão dos conflitos que atravessam a sociedade a pesquisa é resultado da análise reforma do ensino médio a fim de esclarecer quais foram os vínculos com a crise estrutural do capital e o golpe jurídico, midiático e parlamentar de 2016, identificando o contexto político da proposta do Novo Ensino Médio. Assim, por meio da análise destas reformas buscou-se entender e refletir como as reformas educacionais impactam na formação básica e assim compreender qual a formação está sendo ofertada pelo Estado, que é incompatível ao nosso sistema educacional democrático, por ser uma prática educativa guiada pela dominação. Percebe-se as contradições sociais e econômicas, essenciais para pensar em uma superação de uma suposta crise educacional, que mais parece um projeto de desestruturação, dentro de um governo que mistifica a figura do educador como um doutrinador e desafia a qualidade do ensino em propostas desproporcionais ao que se espera do ensino nacional.

Palavras-chave: Reforma educacional; Educação; Golpe de 2016; Materialismo Histórico-Dialético.

ABSTRACT

This article was conducted through studies in the area of History of Education, and is the result of a bibliographic research. Historical-Dialectical Materialism was used as a theoretical framework for understanding the history of education as an expression of the conflicts that permeate society. The research aimed to analyze the high school reform in order to clarify its links with the structural crisis of capital and the judicial, media, and parliamentary coup of 2016, identifying the political context of the New High School proposal. Thus, through the analysis of these reforms, it sought to understand and reflect on how educational reforms impact basic education and understand what kind of education is being offered by the state, which is incompatible with our democratic educational system, as it is an educational practice guided by domination. The social and economic contradictions, which are essential for thinking about overcoming the supposed educational crisis, are perceived as more like a project of disorganization within a government that mystifies the figure of the educator as a propagandist

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo, apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

² Graduanda do curso de pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

³ Orientador do trabalho e professor Doutor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) da UEM.

and challenges the quality of education in proposals that are disproportionate to what is expected of national education.

Keywords: Educational reform; Education; Coup of 2016; Historical-Dialectic Materialism.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa evidencia a compreensão da aceleração do processo de desmonte da educação pública no período pós golpe de 2016. A relevância desta proposta se encontra na necessidade de esclarecimento da contradição explicitada nos discursos oficiais que proclamam a importância da formação dos jovens para o crescimento econômico, mas que em contrapartida materializa-se em uma escola esvaziada e precarizada. O Estado se constitui em uma instituição de defesa dos interesses dominantes. Dessa forma, a educação escolar não poderia ser outra coisa senão a expressão desses interesses. Porém, nos últimos anos está evidência tenha ficado mais clara com a destituição de Dilma Rousseff em 2016.

O golpe e as reformas que se seguiram não devem ser tratadas sob o prisma de um discurso moralista, mas dos interesses do capital diante da crise estrutural. As crises do capitalismo se repetem com determinada frequência. A quebra da Bolsa de Nova York (1929) é o grande exemplo emblemático do século XX, mas que também não foi a única. No período pós segunda guerra (1939-1945), por exemplo, conheceu outra crise de caráter estrutural que emergiu no início dos anos de 1970 e vem se repetindo nos últimos decênios.

Não faltaram proposições de caráter liberal que enxergaram no Estado e nas políticas sociais a fonte de todos os males. Nesse sentido, da mesma forma que os intelectuais identificados com o discurso liberal propugnavam por reformas no âmbito econômico como a flexibilização das relações entre capital e trabalho, redução das políticas sociais, além da repressão ao movimento sindical, também encontramos uma série de proposições no âmbito da educação que atravessaram as décadas de 1990 em diante.

A baixa qualidade atribuída ao ensino médio no Brasil e os baixos índices de aproveitamento em diferentes áreas serviu de pretexto para as ações de caráter autoritário do governo Temer (2016-2018) que promoveu a reforma sem sequer ouvir as entidades representativas dos professores. Cabe enfatizar que foram

totalmente ignoradas as questões estruturais: as condições físicas das escolas, formação de professores ou mesmo a brutal desigualdade que afasta inúmeros alunos das salas de aula por uma questão de sobrevivência.

Como procedimento metodológico, analisou-se dois documentos atinentes ao período serão estudados, como a mensagem nº 00084/2016/MEC, enviada à Presidência da República pelo então Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho e a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A análise dos documentos e da reforma não será completa se a compreendermos como expressão dos interesses do ministro ou de forma isolada das contradições de uma sociedade profundamente dividida. Isto posto, partimos do postulado que a educação, como qualquer outro fenômeno social, a partir da perspectiva marxista, não pode ser compreendida de forma isolada da sociedade, fora da totalidade social do qual faz parte.

Considerando as contribuições do pensamento marxista sobre a educação, em uma sociedade dividida em classes antagônicas, jamais será uma atividade acima dos interesses de classe, ou seja, é sistematizada e elaborada pela classe dominante e seus intelectuais. Porém, isso não significa que está imune às contradições presentes em uma sociedade capitalista e que não exista o espaço para a resistência. Em síntese, o objeto de estudo deve ser compreendido como uma manifestação concreta de múltiplas determinações, mas jamais como expressão da ideia.

Dessa forma, refletir sobre as reformas educacionais na sociedade capitalista, é entender que existem interesses antagônicos que não estão desvinculados da luta de classes. Desse modo, busca-se analisar a história com a finalidade de compreender a historicidade dos fenômenos sociais e as possibilidades de transformação dadas pelas circunstâncias históricas.

No contexto da atual crise do capitalismo, que se constitui como uma crise estrutural, a educação mais uma vez é apresentada como alternativa para solução dos problemas sociais e econômicos. Trata-se, obviamente, de mais uma tentativa de escamotear as verdadeiras razões da miséria que assola fundamentalmente a classe trabalhadora.

Por fim, buscamos estruturar este artigo em duas seções, na primeira seção será apresentado a crise estrutural do capitalismo que se arrasta desde 1973 e que

foi aprofundada a partir de 2008 e como o Golpe parlamentar e midiático que levou às reformas, enfatizando a proposta apresentada para o Novo Ensino Médio. Em seguida, na segunda seção serão analisados os vínculos com a crise estrutural do capital e a agenda liberal como proposição de superação da crise e como a Reforma do Ensino Médio tende a impactar na formação básica dos jovens, levando em consideração a formação que está sendo ofertada pelo Estado.

2. A crise estrutural do capital, o Golpe de 2016 e as reformas liberalizantes

A crise estrutural do capital é resultado das contradições e desequilíbrios que surgem entre a produção e a distribuição de riquezas produzidas, decorrente da acumulação de capital, sendo um processo contínuo e que exige um crescimento constante da produção e do consumo. Essa dinâmica de acumulação se baseia na exploração do trabalho assalariado e na busca incessante pelo lucro, gerando desigualdades e instabilidades que se manifestam em crises econômicas periódicas.

A crise estrutural do capital, portanto, passa por diversas crises, que não são temporárias ou conjunturais, mas sim uma crise que está enraizada na própria estrutura do sistema econômico capitalista. Essa crise se manifesta em diferentes níveis, incluindo a crise financeira, a crise energética, a crise ecológica e a crise social. Karl Marx em *O Capital* (2017), explica o funcionamento do capitalismo como um todo, na dinâmica das relações entre capitalistas e trabalhadores:

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compras e vendas reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. (...) Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas

bancárias, letras de câmbio e títulos. Principalmente nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres, nota-se claramente essa distorção; todo o processo se torna incompreensível, mas em menor medida nos centros de produção. (MARX, 2017, p. 580-581).

Marx se concentra nas relações entre capitalistas e trabalhadores e discute como o processo de produção capitalista é organizado, como os trabalhadores são explorados pelo capital fazendo a relação entre as crises econômicas e a luta de classes.

Ao descrever a mais-valia, Marx (2017) explica que os trabalhadores produzem mais valor do que recebem em salários, esse processo de produção capitalista, que se baseia na exploração dos trabalhadores, tem a tendência histórica de entrar em crises e ciclos econômicos.

Assim como alertado por Marx, o sistema capitalista é marcado por crises estruturais, que formam um conjunto de mudanças profundas na estrutura da economia e da sociedade afetando diversos aspectos da vida social, como o emprego, a renda, a distribuição de recursos, a mobilidade social, entre outros. Essa crise pode ser causada por uma variedade de fatores, como mudanças tecnológicas, instabilidade política e desigualdade econômica.

A crise financeira de 2008, foi um colapso do sistema financeiro global que começou em meados de 2007 e se intensificou em 2008. Foi uma das piores crises financeiras desde a Grande Depressão de 1929 e teve um impacto significativo na economia mundial. A crise teve origem no mercado imobiliário dos Estados Unidos, particularmente no mercado de hipotecas subprime⁴, em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco. Muitas empresas, incluindo algumas das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos, estavam altamente alavancadas, o que significa que elas haviam emprestado uma quantia significativa de dinheiro para financiar seus investimentos.

⁴ Essas hipotecas eram frequentemente concedidas com taxas de juros variáveis que aumentavam significativamente após um período inicial de pagamento baixo. Muitas dessas hipotecas foram agrupadas em títulos chamados CDOs (Collateralized Debt Obligations) e vendidos para investidores em todo o mundo. Como essas hipotecas eram de baixa qualidade, muitas pessoas acabaram por não conseguir pagar as prestações, o que levou a uma grande quantidade de execuções hipotecárias e a uma queda acentuada nos preços dos imóveis. Essa queda nos preços dos imóveis afetou as empresas financeiras que haviam investido em CDOs e outras formas de dívida vinculada ao mercado imobiliário.

Segundo Smith (2008), no artigo "A crise financeira de 2008", publicado no jornal Financial Times em 15 de setembro de 2008, com a queda no valor dos ativos que haviam comprado, essas empresas se tornaram insolventes e entraram em colapso. Isso gerou uma crise de confiança nos mercados financeiros, e os bancos começaram a se recusar a emprestar dinheiro uns aos outros, o que levou a uma falta de liquidez. Os governos em todo o mundo intervieram para tentar estabilizar os mercados financeiros, injetando dinheiro nas instituições financeiras e reduzindo as taxas de juros.

No entanto, os efeitos da crise financeira foram sentidos em todo o mundo e afetaram muitos setores da economia, incluindo o mercado de trabalho e o mercado imobiliário, a crise também levou a uma recessão global que durou vários anos.

A crise afetou profundamente a economia dos EUA, com perdas significativas de empregos e de patrimônio líquido para muitos americanos. Isso enfraqueceu a confiança dos investidores no sistema financeiro dos EUA e reduziu a capacidade do país de exercer influência econômica global, Segundo Gerbaudo (2022):

Nessa conjuntura, a maioria da população, incluindo a classe média, sofreu com declínio econômico e escalada da incerteza, levando a um descontentamento generalizado e a uma insatisfação com o sistema econômico, solapando especialmente o argumento a favor do neoliberalismo e seu culto do mercado autorregulado. (GERBAUDO, 2022, p. 47).

Além disso, a crise expôs a vulnerabilidade do sistema financeiro global à interconexão e interdependência dos mercados financeiros internacionais e expôs a vulnerabilidade do sistema financeiro global e enfraqueceu a posição dos EUA como potência econômica dominante.

Nesse contexto, as classes sociais assumem uma centralidade fundamental na análise da crise estrutural, isso ocorre porque as mudanças na estrutura econômica e social afetam de forma desigual as diferentes classes sociais, criando novas desigualdades e aprofundando as já existentes. Por exemplo, em uma crise estrutural marcada pela automatização de processos produtivos, é comum que as classes mais vulneráveis, como os trabalhadores de baixa qualificação, sejam os mais afetados pela perda de empregos. Já as classes mais privilegiadas, como os donos de empresas e investidores, podem se beneficiar dessas mudanças, aumentando ainda mais a concentração de renda e poder.

Dessa forma, para Marx, a dialética da sociedade civil envolve a análise de como as forças econômicas e sociais em conflito moldam a vida social e a história humana, e como a luta de classes é a principal força motriz da mudança social.

Essa análise das classes sociais permite compreender como a crise estrutural afeta diferentes grupos sociais e como esses grupos respondem às mudanças na estrutura social e econômica.

Com resquícios advindos da crise imobiliária de 2008, o Brasil enfrentava uma recessão econômica, que teve início em 2013, e se aprofundou em 2016, resultando em uma queda significativa no PIB (Produto Interno Bruto) e um aumento do desemprego.

Diante da resistência do Partido dos Trabalhadores em levar adiante as reformas pretendidas pelas classes dominantes, verifica-se a composição de um amplo arco de alianças com vistas ao golpe que derrubaria a presidente Dilma Rousseff.

Porém, a marcha golpista não se deu somente em 2016, mas teve seu início entre os protestos de 2013 e as eleições de 2014, que marcaram o fortalecimento das pautas conservadoras representadas também por partidos e lideranças que deram sustentação aos governos do Partido dos Trabalhadores nos anos anteriores.

Com a derrota de Aécio Neves (PSDB), forjou-se um discurso de fraude eleitoral e de indignação contra a “corrupção” do PT e das esquerdas. Foi a senha necessária para a formação de um arco de alianças que inclui o empresariado nacional, amplos segmentos religiosos conservadores, conglomerados internacionais, classes médias, setores da burocracia estatal vinculados etc.

Tal qual ocorreu em 1964, o golpe de 2016 expressou uma ação intencional que destituiu o reformismo por governos alinhados com os interesses dos Estados Unidos. De forma análoga ao passado, a bandeira da anticorrupção e do combate ao comunismo também foi amplamente utilizada, ainda que não houvesse nenhum sinal evidente de avanço, uma ruptura revolucionária em nossas terras.

O ano de 2016 foi marcado no Brasil por um grave revés quanto à possibilidade de promover uma transformação social em sentido igualitário. A destruição da Presidente da República que chegara ao posto pelo voto popular, por meio de um impeachment sem respaldo na Constituição vigente, mostrou que a democracia eleitoral passava à condição de uma ordem tutelada por grupos poderosos. O governo

que emergiu do golpe dedicou-se a implementar, em ritmo acelerado, políticas de restrição de direitos, recusando qualquer debate público sobre elas e desprezando a evidente insatisfação da maioria da população (MIGUEL, 2018, p. 07).

Em 31 de agosto de 2016, foi materializado o Golpe que impediu arbitrariamente a continuidade de governo de Dilma Rousseff, eleita dentro das regras do jogo, não pode ser compreendido com um “raio em um céu azul”. Seus vínculos com os interesses econômicos do imperialismo são notórios, particularmente quando consideramos a crise de 2008 que aprofundou o processo de reestruturação produtiva do capital e as disputas geopolíticas no contexto internacional com interesses econômicos que se estenderam ao Brasil: o pré-sal e a relativa autonomia da política externa brasileira. Internamente, o contexto foi permeado por disputas entre diferentes frações de classe da burguesia, o que incluiu o empresariado do agronegócio, os setores do capital rentista e os agentes do capital internacional.

O impeachment da presidente de Dilma Rousseff, que pôs abrupto fim aos governos do Partido dos Trabalhadores em agosto de 2016, ocorreu diante de um contexto de profunda comoção e crise política, a tempestade perfeita que produziu muitos efeitos num curto espaço de tempo, entre eles o correr da aparentemente impossível pautada Reforma Trabalhista, que contou com forte sincronia ideológica e prática entre governo e grande mídia, bem como com ataques à legitimidade dos atores sindicais. (FONTAINHA, F.; RODRIGUES, P.; FERNANDES, 2022, p. 798).

Nesse contexto, coube a uma significativa parcela da imprensa comercial como no caso da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, o Globo, Revista Veja etc., para a criação do “consenso” em defesa da ordem ameaçada pela gestão do Partido dos Trabalhadores, o que significou a defesa da ruptura institucional. Ainda que em 2016 a burguesia não tenha recorrido aos blindados das Forças Armadas. Ressalte-se que o tema da corrupção foi amplamente utilizado como um artifício para desqualificação não apenas do PT, mas também de todos os projetos identificados com as forças populares.

O tema da corrupção enfatizado pela mídia teve objetivo de tirar de cena somente o “inimigo de classe” e não mudar a estrutura política, o núcleo causador da corrupção. Por isso, o interesse de “fulanizar” a corrupção, como concentrada apenas em pessoas, e não no sistema político, da “novelização” da política, de transparecer um conflito entre mocinhos e bandidos (SOUZA, 2016, p. 50).

Vitorioso, o golpe, não tardou em iniciar as reformas pretendidas pelo capital. O Governo de Michel Temer (2016-2018) adotou uma agenda liberal aprofundando uma série de medidas para tentar mitigar os efeitos da crise, incluindo a redução das taxas de juros, redução dos gastos públicos em áreas sociais e a aprovação de reformas estruturais, como a reforma da previdência.

A PEC 241/2016 ou PEC do Teto de Gastos, foi uma proposta de emenda constitucional apresentada em 2016 pelo governo de Michel Temer, com o objetivo de limitar os gastos públicos por 20 anos. A PEC estabelecia que, a partir de sua aprovação, o aumento dos gastos públicos federais estaria limitado à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos, isso significa que os gastos com saúde, educação, segurança pública e educação poderiam ficar congelados por duas décadas e foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2016 e promulgada como Emenda Constitucional 95/2016.

Porém, o teto limite de gastos não foi a única medida de caráter antipopular. A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, foi apresentada com o discurso falacioso de modernização da lei trabalhista de modo a torná-la mais flexível com vistas ao estímulo da economia e geração de empregos. Porém, na prática, tratou-se de um processo que objetivava a intensificação da exploração da força de trabalho.

Nesses termos, podemos afirmar que a Reforma Trabalhista, por meio da lei nº 13.467, forjou os marcos legais para a:

1. Terceirização: a reforma trabalhista permitiu a terceirização irrestrita em todas as atividades das empresas, permitindo que as empresas contratem trabalhadores terceirizados para realizar qualquer tipo de atividade, inclusive as atividades-fim.
2. Jornada de trabalho: a reforma trabalhista permitiu a negociação de jornadas de trabalho de até 12 horas, com 36 horas de descanso. Antes da reforma, a jornada máxima permitida era de 8 horas por dia, com um limite de 44 horas por semana.
3. Férias: a reforma trabalhista permitiu que as férias sejam divididas em até três períodos, desde que um deles tenha pelo menos 14 dias consecutivos. Antes da reforma, as férias deveriam ser concedidas em um único período de, no mínimo, 10 dias corridos.

4. Banco de horas: a reforma trabalhista permitiu que o empregador negocie diretamente com o empregado a compensação das horas extras trabalhadas, em um prazo máximo de seis meses.
5. Acordos coletivos: a reforma trabalhista deu maior peso aos acordos coletivos entre empregados e empregadores, permitindo que as negociações prevaleçam sobre a lei em algumas situações.

Dessa forma, a reforma enfraqueceu a proteção dos trabalhadores, principalmente os mais vulneráveis, como os terceirizados e os trabalhadores intermitentes. Além disso, permitiu a negociação direta entre empregadores e empregados em diversos pontos, como jornada de trabalho, banco de horas e férias, o que pode resultar em condições de trabalho desiguais e abusivas.

Essas mudanças nas contratações não estimulou a criação de novos empregos, como prometido, pelo contrário, houve uma redução na quantidade de empregos formais no país após a aprovação da reforma, e muitos dos novos postos de trabalho criados são precários e mal remunerados. Além disso, permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas, o que precarizou ainda mais as condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados e reduziu a qualidade dos serviços prestados.

Contrariando as expectativas dos idealizadores da reforma trabalhista, o balanço de um ano e meio de sua implementação aponta para uma economia estagnada e sem evidências de recuperação: a atividade produtiva segue em marcha lenta, os investimentos esperados não se concretizaram, o desemprego continua elevado (pelo quinto ano seguido) e a informalidade voltou a crescer depois de um longo período em queda. (TEIXEIRA, 2019, p. 55).

Ricardo Antunes, na obra "O Privilégio da Servidão" (2018), nos ajuda a entender como o sistema capitalista e à exploração do trabalho que ainda ocorre na sociedade contemporânea, bem como a defesa da luta dos trabalhadores e da solidariedade como formas de resistência e transformação social.

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais. (ANTUNES, 2018, p. 62).

O autor argumenta que, apesar das mudanças na economia e na tecnologia, as desigualdades sociais e a exploração do trabalho ainda existem e se agravaram. Antunes descreve como a globalização e a financeirização da economia levaram à precarização do trabalho e ao aumento da informalidade, tornando mais difícil para os trabalhadores garantir seus direitos e sua segurança no emprego.

Hoje, dados o crescimento e a circulação da força de trabalho migrante, que se intensificam exponencialmente em dimensões globais, aumenta ainda a superpopulação relativa e, por consequência, o exército de força sobrando global de trabalho. Nessa contextualidade, ampliam-se ainda mais os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do sistema global do capital em sua fase de hegemonia financeira. (ANTUNES, 2018, p. 62).

A ofensiva do capital contra o trabalho conduz a uma série de estratégias e políticas adotadas pelos empregadores para aumentar seus lucros e reduzir custos, às custas dos trabalhadores gerando um impacto negativo na qualidade de vida da classe trabalhadora e na economia como um todo, reduzindo o poder de compra da população e reforçou as desigualdades sociais e econômicas.

Para entender o movimento dialético em sociedade, faz-se necessário compreender a primeira ação do trabalho na produção de materiais para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, ao produzir os bens materiais, o ser humano elabora e organiza socialmente sua produção, em uma “sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa” (MANACORDA, 2017, p. 56), possibilitando a consciência humana.

A formação dessa consciência, portanto, não é casual e natural, ela é produzida conforme a realidade dos detentores das propriedades privadas que governam as ideologias perante seus interesses econômicos e sociais. Desse modo, os seres humanos só “é homem na medida em que deixa de identificar-se, à maneira dos animais, com a própria atividade vital na natureza; na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana” (MANACORDA, 2017, p. 88), ou seja, produzindo bens materiais que satisfaça as necessidades humanas.

E ao realizar essa ação, os seres humanos precisam pautar-se em uma formação humana que não priorize somente o aspecto econômico na produção da vida, mas também o processo fisiológico-psicológico. Isto é, uma educação cuja

finalidade está na formação de indivíduos pertencentes e participantes de uma vida em comunidade, no qual a ciência operativa contemple a essência do Homem genérico no domínio da natureza e na compreensão do todo relativo ao trabalho.

Naturalmente, a educação não poderia passar imune diante dos interesses das classes dominantes. Sem dúvida, a escola mantida pelo Estado, ou seja, a escola frequentada pelos trabalhadores e seus filhos foi ainda mais precarizada. Nesse sentido, com base na análise da Reforma do Ensino Médio vigente em 2022 é possível afirmar que o governo neoliberal brasileiro busca formar trabalhadores que não tenham acesso ao conhecimento elaborado. Na verdade, trata-se de criar obstáculos à emancipação dos trabalhadores.

3. Os impactos da Reforma do ensino médio na formação básica da juventude brasileira.

Para pensarmos em educação é preciso partir da pergunta: O que queremos e o que esperamos da educação? Pensar nessas indagações levam a voltar nossos olhos para a história da educação no Brasil, marcada pela dualidade e negação do acesso ao conhecimento por parte das classes dominantes.

Para Marx (1974), as ideias sobre educação versam a relação escola, sociedade, Estado e Igreja que pauta-se na produção da vida material que condiciona o modo social, político e espiritual da vida, ou seja, a célebre frase marxiana “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974, p. 136), por meio da objetividade presente na materialidade humana, via fenômenos históricos, políticos, econômicos e culturais.

Nos países de capitalismo mais avançado ou mesmo nos mais atrasados, ainda que consideremos as diferenças de escolarização, há um fio condutor que unifica a educação: a reprodução, em última instância, dos valores burgueses. Evidentemente não se trata de negar suas contradições e as possibilidades de resistência, mas entendê-la como neutra nos parece ingenuidade.

Cury (1989), apresenta essa contradição:

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade

da organização social. Essa relação exige que se a considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso, o capitalista. E, no modo de produção capitalista, ela tem uma especificidade que só é inteligível no contexto das relações sociais resultantes dos conflitos das duas classes fundamentais. Assim, considerar a educação na sua unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção. Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade, através do consenso. Assim, a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação, sem o que as contradições do próprio sistema viriam à luz do dia. (CURY, 1989, p. 13).

Isto posto, apesar da educação continuar essencialmente burguesa, nos governos do Partido dos Trabalhadores ocorreram avanços que não podem ser desconsiderados: a ampliação do acesso à escola, maiores investimentos, o crescimento das instituições públicas de ensino superior etc.

Algumas das principais políticas e programas em vigor em 2014 incluíam o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que buscava fornecer treinamento profissionalizante para jovens e trabalhadores em todo o país, e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelecia metas para a educação nos próximos anos, incluindo a meta de investir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. Outras iniciativas incluíam o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferecia bolsas de estudo em universidades privadas para estudantes de baixa renda, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que fornecia empréstimos com juros baixos para estudantes universitários.

Apesar dessas iniciativas, o sistema educacional brasileiro ainda enfrentava muitos desafios em 2014, incluindo a falta de recursos para escolas públicas, a falta de professores qualificados em algumas regiões do país e a necessidade de melhorar a qualidade da educação em geral, no Ensino Médio, que já enfrentava a baixa qualidade e os altos índices de abandono, segundo a UNICEF (2022), quase metade dos alunos (48%) afirma que deixou de estudar “porque tinha de trabalhar fora”. Dificuldades de aprendizagem aparecem em patamar também elevado, com 30% afirmando que saíram “por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades”. Esses problemas se aprofundaram na pandemia, quando 5,1 milhões de estudantes brasileiros ficaram sem acesso à educação.

O projeto inicial da Reforma do Ensino Médio em 2013 foi apresentado pelo deputado federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, e já tinha os elementos centrais da reforma atual, porém, o que se viu a partir de 2016 em diante foi o desmonte dos avanços duramente conquistados por meio das lutas e mobilizações das entidades de classe. Representando os interesses privatistas, o Governo de Michel Temer, além das reformas citadas anteriormente, aprovou a reformulação do ensino médio, com a promessa de aumentar a carga horária e alterando a estrutura curricular, o novo modelo, reduz as disciplinas básicas de formação como: Artes, Filosofia, Sociologia, Educação Física, substituindo-as pelos chamados "itinerários formativos" e pelas disciplinas "eletivas" com uma proposta ligada ao empreendedorismo, seguindo os interesses da agenda liberal, revestido do discurso de permitir aos estudantes escolherem uma formação mais direcionada às suas preferências e habilidades.

A Medida Provisória nº 746/2016 foi editada em 22 de setembro de 2016, com o objetivo de reformular o ensino médio no Brasil, estabelecia uma série de mudanças na estrutura curricular e na organização das disciplinas, além de permitir a flexibilização do currículo de acordo com as necessidades de cada estudante. Essa medida provisória foi convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, após ser aprovada pelo Congresso Nacional. Entre as principais mudanças trazidas por essa lei estão: Ampliação da carga horária mínima do ensino médio, que passou de 800 para 1.000 horas anuais; Flexibilização do currículo, que passou a ter uma parte comum e outra diversificada; Priorização das áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas no currículo comum; Incentivo à formação técnica e profissionalizante no ensino médio; Possibilidade de que até 20% da carga horária seja cumprida a distância; Fim da obrigatoriedade de disciplinas como filosofia, educação física, artes e sociologia, que passaram a ser optativas.

A reforma do ensino médio, segundo Santos (2017), gerou um retrocesso educacional. Por meio da análise da MP 746/2016, o autor demonstra que esta medida tem suas raízes em reformas anteriores, mostrando a despreocupação do governo vigente em 2017, com um ensino adequado, tecendo críticas ao que seria o "notório saber", prática educacional por profissionais sem a formação para a docência, mas que possuem práticas que denotam conhecimento, segundo a reforma. Isto posto, a proposta desse projeto parte do seguinte problema: por que

na chamada “era da informação” verifica-se o avanço de um projeto educacional que esvazia os conteúdos escolares.

A reforma reduz as mediações da prática social, isto é, exclui disciplinas que poderiam auxiliar na compreensão das relações sociais, constituindo-se em mais um instrumento de naturalização das desigualdades e tornam visíveis os prejuízos na aprendizagem dos alunos e nas condições de trabalho dos professores. Não por acaso, disciplinas como a filosofia e sociologia são marginalizadas ou suprimidas dos currículos escolares, cedendo espaço à ideia de empreendedorismo.

O conhecimento como saber verdadeiro dos mecanismos de exploração, não é imanente à classe social, por isso ela precisa dele, já que sem ele não atinge a concepção da totalidade social. A classe enquanto tal não conhece o funcionamento global, a maneira de gerir uma sociedade e nem sempre conhece o produto que a ultrapassa. Mas o saber é também o lugar da contradição. (CURRY, 1987, p. 45).

Dessa maneira, o conhecimento e a explicação do real, bem como a produção das ideias se apresentam em disputa entre as classes sociais. Em nenhum momento a burguesia defenderá a socialização do conhecimento. A sua apropriação privada é um dos pilares da dominação de classe. Nesse sentido, a reforma apresentada como modernizante tem como seus objetivos reduzir o potencial crítico existente nas escolas.

Outro ponto a se destacar sobre a reforma é a falsa ideia de escolha dos itinerários formativos, pois a escola pública destina o que quer como única opção de disciplina eletiva. Além disso, sem investimento em equipamentos e sem um profissional qualificado, as áreas de formação que estão vinculadas à tecnologia não são ofertadas, por falta de recursos.

A promessa feita com a reforma é de que o aluno saia do ensino médio com uma formação técnica ou profissionalizante, que é outra mentira, pois sem profissionais adequados para a formação, os ditos “professores” com “notório saber”, assume uma responsabilidade sem o compromisso com a qualidade e sem a preocupação de metodologias de ensino, sem garantia de aprendizado.

A agenda liberal afeta tanto as políticas educacionais quanto às práticas pedagógicas, levando a uma diminuição do financiamento público para as instituições educacionais, com cortes de verbas, que nos últimos anos, o governo federal tem realizado cortes significativos no orçamento destinado à educação,

afetando desde a educação básica até as universidades públicas, esses cortes têm impactado diretamente na qualidade do ensino e na capacidade das instituições em oferecer serviços de qualidade, gerando maior desigualdade na educação, e mudanças na forma como a educação é concebida e implementada e afetando a formação da juventude proveniente da classe trabalhadora que fica reduzida a ser mão de obra técnica, nesse projeto educacional que é embrutecedor, por não atuar na formação da consciência e no pensamento crítico, deixando esses jovens a mercê dos retrocessos constantes, impostos pela burguesia.

A condição dos professores diante destas circunstâncias também é um ponto que deve ser destacado, uma vez que o seu trabalho cada vez mais, encontra-se em condições que os obriga, devido a redução da sua carga horária, a ensinar as novas matérias do itinerário, levando a um sobretrabalho, pois além de aceitarem as disciplinas sem parâmetros concretos, muitas vezes, acaba se submetendo a apostilas feitas por empreendedores. Essa nova rotina e essa submissão a nova matriz curricular, gera adoecimentos, estresse e agrava a desvalorização deste profissional.

Aliado a reforma do currículo do Novo Ensino Médio, a BNCC, que foi aprovada em 2018, tornou obrigatórias apenas as disciplinas de português e matemática nos três anos do Ensino Médio, deixando de livre escolha para as escolas, ofertarem as demais disciplinas, que podem ser flexibilizadas.

Os alunos do terceiro ano, acabam saindo com o maior prejuízo relacionado ao ensino, pois a maior parte do currículo foi substituído por disciplinas aleatórias, do novo itinerário formativo, como por exemplo: Projeto de Vida e Empreendedorismo. Com isso os alunos deixam de acessar as disciplinas fundamentais para a formação crítica de sua consciência, deixando a formação humana, para atender aos interesses do novo mercado de trabalho, também mais flexível e precário.

Todos esses fatores têm contribuído para um desmonte na educação brasileira, comprometendo o futuro do país e prejudicando milhões de estudantes em todo o território nacional. A crise estrutural do capitalismo afeta diretamente as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, seja por meio da redução do financiamento público para as instituições educacionais, ou por meio da manutenção da ordem social imposta por meio de reformas de base, com objetivo de sucatear a escola pública para favorecer os interesses privados, que vem sendo

implantada por sucessivos governos. Por isso, longe de resolver esses problemas, a reforma em curso tende a aprofundar as desigualdades educacionais no país.

Nesse sentido, com a formação parcial e esvaziada, a Reforma do Ensino Médio gera uma maior desigualdade na educação, já que a classe trabalhadora não pode fornecer uma educação que vise a formação humana, apenas destinada a mão de obra como efeito do novo currículo, tendo uma maior dificuldade para acessar o ensino superior público, e até mesmo para ter um emprego qualificado, apartada da história e da cultura, a desigualdade educacional, entre ricos e pobres aumenta e vemos nascer uma educação que é terreno fértil para a formação de sujeitos antidemocráticos, uma vez que o senso crítico é destituído da sua formação.

Considerações finais

A ideia norteadora deste trabalho foi a de analisar a reforma do ensino médio e esclarecer quais foram os vínculos com a crise estrutural do capital e o golpe jurídico, midiático e parlamentar de 2016 e observamos que os interesses do Capital vinculados ao Estado, visam ofertar uma educação que mantenha a manutenção da hegemonia.

Identificando que o contexto político da proposta do Novo Ensino Médio, vincula-se às crises econômicas, uma vez que o corte de gastos na educação e a proposta de reformular o ensino médio, partem do prisma de um discurso moralista que aliado aos interesses do capital diante da crise estrutural, na busca de convencer a população de que esta mudança geraria benefícios para todos, empresários participaram ativamente da formulação desta proposta que propõe uma matriz currículo esvaziada de disciplinas que ajudem a aguçar o senso crítico e inserem outras matérias voltadas para o empreendedorismo.

A crise de 2008 que aprofundou o processo de reestruturação produtiva do capital e as disputas geopolíticas no contexto internacional com interesses econômicos que se estenderam ao Brasil: o pré-sal e a relativa autonomia da política externa brasileira. Com resquícios advindos da crise imobiliária de 2008, o Brasil enfrentava uma recessão econômica, que teve início em 2013, e se aprofundou em 2016, resultando em uma queda significativa no PIB (Produto Interno Bruto) e um aumento do desemprego.

O golpe forjado a partir dos protestos de 2013 e as eleições de 2014, marcaram o fortalecimento das pautas conservadoras representadas também por partidos e lideranças que deram sustentação aos governos do Partido dos Trabalhadores nos anos anteriores. Partindo de um discurso de fraude eleitoral e de indignação contra a “corrupção” do PT e das esquerdas, formaram um arco de alianças que inclui o empresariado nacional, amplos segmentos religiosos conservadores, conglomerados internacionais, classes médias, setores da burocracia estatal vinculados e que levavam os interesses da agenda liberal como a prioridade a ser posta em prática com o discurso falacioso de superação da crise.

Diante da análise das crises capitalistas, desde os resquícios advindos da crise imobiliária de 2008, o Brasil enfrentava uma recessão econômica, que teve início em 2013, e se aprofundou em 2016, nota-se que a agenda liberal implantada mediante como uma saída para o enfrentamento destas crises, reduziu o gasto público com serviços essenciais como Educação e Saúde pública, além de aprovar a reforma trabalhista, que embora se revestiu de um discurso falacioso de modernização da lei trabalhista de modo a torná-la mais flexível com vistas ao estímulo da economia e geração de empregos, na prática, tratou-se de um processo que objetivava a intensificação da exploração da força de trabalho.

Isto posto, a proposta do Novo Ensino Médio é parte do problema da agenda liberal, que limita o pensamento crítico, reduzindo o aluno às mediações da prática social, isto é, excluindo disciplinas que poderiam auxiliar na compreensão das relações sociais, constituindo-se em mais um instrumento de naturalização das desigualdades, com a redução ou escassez de formação humana, limitadas a ser um aglomerado de técnicas empreendedoras, conduzidas por pessoas com “notório saber”, notamos que a proposta é o avanço de um projeto educacional que esvazia os conteúdos escolares, meio pelo qual desenvolve obstáculos à emancipação dos trabalhadores.

Por fim, os fatores expostos referente a totalidade do contexto político e os interesses privados por meio da defesa de uma agenda liberal, contribuíram e levaram ao projeto de desmonte na educação brasileira, comprometendo o futuro do país e prejudicando milhões de estudantes em todo o território nacional, essa flexibilização do currículo está ligada diretamente com a reforma trabalhista e ambas são projetos da agenda liberal para formar um “Projeto de Vida” para a

juventude pobre, trabalhadora, de maioria negra e periférica, deixando resignados a trabalhar cada vez com menos direitos, resilientes à sua condição.

Uma vez que a crise estrutural do capitalismo afeta diretamente as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, seja por meio da redução do financiamento público para as instituições educacionais, ou por meio da manutenção da ordem social imposta por meio de reformas de base.

Esperamos que como solução para o problema posto, junto a luta sindical, dos estudantes e dos profissionais da educação, seja pressionado o atual governo para que ocorra a revogação desta reforma neoliberal, mas sabemos que o caminho será árduo, pois existem muitos vínculos a grupos empresariais e o atual governo do PT, tem interesses aliados aos ditos "tubarões da educação".

O que queremos é uma educação pública de qualidade para todos, para isto é preciso elaborar e construir um novo projeto de educação que forme pessoas para além do mercado de trabalho, mas principalmente para a sua humanização e para a vida em comunidade. É preciso diálogo entre profissionais da educação, pesquisadores, comunidade escolar e trabalhadores, para que assim, a juventude possa ter uma formação completa e universal, construída pelas mãos da classe trabalhadora, que busque superar essas contradições da sociedade atual, na qual o trabalho da maioria alimenta o lucro de uma minoria exploradora.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746/2016, de 2016. Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil. Planalto, Presidência da República. Brasília, DF, ano 196. Acesso em: 03 ago. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

_____. **Carta ao Congresso Nacional - Medida Provisória Nº 746, de 2016**. MP-em 84 MEC ALT LEI 9.394. Estab Diretrizes E Bases Da Educação Nac. Parte integrante do avulso da MPV Nº 746. Brasília, DF. 2016. Acesso em: 03 ago. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4700379&ts=1547877005458&disposition=inline>

_____. **CÂMARA FEDERAL. Emendas apresentadas à PEC nº 241, de 2016. Brasília, DF, 2016**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas.jsessionid=B50358333E08E4958EDD521493436629.proposicoesWebExterno1?idProposicao=2088351&subst=0>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

_____. **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Brasília: DF, 2016. Disponível em: . Acesso em jan. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.html

_____. **LEI N.º 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**- Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

_____. **LEI nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília: DF, 2017. Acesso em: 03 ago. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo, Editora: Cortez e Autores Associados, 1989.

FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araujo. **A reforma trabalhista de 2017 e seus efeitos**: análise do fluxo processual do TRT1. Opinião Pública, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 797–821, 2022. Acesso em: 03 mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8668735>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global**. Tradução: Dafne Melo. São Paulo: Funilaria. 2022.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 3ª. Edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968.

_____. **O Capital. Livro 3**. São Paulo: Boitempo. 2017.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974c.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

SMITH, John. **A crise financeira de 2008**. Financial Times, Londres, 15 set. 2008. Disponível em: <https://www.ft.com/content/44bb6c68-86e7-11dd-931e-0000779fd18c>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista**. In: Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade / Organizadores: José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araújo Filgueiras. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

UNICEF. **Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes**. Pesquisa realizada pelo Ipec para o UNICEF. Brasil, 2022. Acesso em: 03 mar. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes> Acesso em: Acesso em: 18 mar. 2023.